

# RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO EMPRO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

3º QUADRIMESTRE DE 2016

## PREÂMBULO

1. Este relatório está fundamentado legalmente na Lei Municipal nº 474, de 22 de junho de 2015, que implantou o Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo de São José do Rio Preto/SP, e da Resolução nº 01/2015 e Resolução nº 001/2016, que regulamentaram o Sistema de Controle Interno da Empresa Municipal de Processamento de Dados - EMPRO, de modo que passarei nas linhas seguintes a emitir o relatório do 3º quadrimestre do ano de 2016, da referida empresa pública, conforme a legislação vigente e as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

2. O trabalho do Controle Interno teve por foco a aferição *in loco* de dados e informações prestadas pelas divisões administrativa e técnica da EMPRO por meio dos respectivos controladores setoriais, bem como pelo exame de documentos e dados das respectivas divisões, elaborando pesquisa quantitativa e qualitativa, a fim de cumprir a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da empresa.

## RELATÓRIO FINAL:

### **1. PLANEJAMENTO e EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Atividades de controle: análise da discussão e elaboração do orçamento da EMPRO, dividindo o controle nos seguintes segmentos: planejamento adequado, avaliação dos programas e projetos, acompanhamento e resultado da execução orçamentária no período.

A execução orçamentária no final do exercício não revelou disparidades que comprometessem a gestão da empresa. Alguns pontos, porém, merecem comentários no tocante aos encargos sociais. No mês de novembro, houve redução dos encargos sociais em virtude da desoneração da folha do 13º salário. E, no mês de dezembro, houve aumento devido às obrigações decorrentes da exoneração da diretora presidente e do diretor de desenvolvimento e tecnologia. De um modo geral, os



encargos sociais realizados ocorreram acima do orçado, por causa de dois fatores: a alteração (diminuição) da alíquota para a desoneração da folha e a nova tabela do INSS. Quanto ao planejamento orçamentário de 2017, os técnicos da empresa realizaram os estudos e elaboração conforme orientações do Controlador Geral Interno.

## **2. GESTÃO FINANCEIRA**

Atividades de controle: analisar a gestão financeira, a redução ou aumento do patrimônio líquido, qual o índice de liquidez corrente e de longo prazo no final do exercício financeiro.

No tocante à gestão financeira, temos que o investimento do quadrimestre correspondeu a aproximadamente 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total provisionado. O índice liquidez ficou dentro da normalidade, sendo de 3,04 a média do quadrimestre. O exercício encerrou em 3,23 de liquidez geral. As movimentações financeiras foram feitas seguindo a ordem cronológica prevista. Houve antecipação para o dia 29/12/2016 dos pagamentos de contas com vencimentos nos dias 30/12/2016 (pois não houve expediente bancário), 31/12/2016, 01 e 02/01/2017 (devido a troca das diretorias, sendo necessária a atualização das documentações junto ao banco).

## **3. GESTÃO CONTÁBIL**

Atividades de controle: verificar a gestão contábil, sobretudo a legalidade e regularidade dos registros contábeis, analisando as rotinas e lançamentos dentro dos prazos estabelecidos e as publicações legais.

No período, a gestão contábil não demonstrou qualquer irregularidade acerca do conteúdo e prazo dos registros. A cada mês do quadrimestre, a gestão contábil publicou no site da transparência fiscal o resultado contábil, cumprindo as obrigações de publicidade e transparência.

## **4. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Atividades de controle: analisar o cumprimento legal de atos licitatórios das fases interna e externa, os requisitos e exigências da Lei nº 8.666/93, e formalização, execução e fiscalização dos contratos.

No período, foram concretizados 16 (dezesseis) contratos e 3 aditivos, os quais obedeceram rigorosamente aos requisitos da Lei Federal nº 8.666/93. A ressalva que ainda se faz diz respeito à falta de gratificação para pregoeiro e daqueles que assessoram os certames.



## 5. GESTÃO DE PESSOAL

Atividades de controle: analisar a regularidade e legalidade dos atos de contratação, nomeação e posse, base cadastral, evolução na carreira, lançamentos de encargos e vantagens trabalhistas, e exonerações e demissões.

No período, conforme já relatado no item correspondente à execução orçamentária, houve duas exonerações, não havendo qualquer contratação nova. Foi aplicado o reajuste de 2,17% aos empregados no mês de novembro, nos termos da convenção coletiva da categoria, o que resulta na base salarial de 2015 um acréscimo de 10,67%.

## 6. GESTÃO PATRIMONIAL

Atividades de controle: analisar a gestão e as rotinas de controle de patrimônio, verificando o recebimento de bens, estoque, avaliação, utilização e baixa, bem como os respectivos registros contábeis.

Continua havendo carência de espaço físico para o armazenamento de bens. A gestão de patrimônio desenvolveu-se conforme programado, sendo que no período as aquisições e baixa de bens foram devidamente computadas no sistema patrimonial e contábil.

## 7. GESTÃO OPERACIONAL ADMINISTRATIVA

Atividades de controle: analisar o cumprimento legal das atribuições funcionais das células, a regularidade da gestão de processos e competências, a legalidade de sindicâncias e processos disciplinares, treinamento e capacitação, avaliação de produtividade.

Os processos operacionais da empresa durante este período foram executados dentro do previsto e de forma regular. Não houve nenhuma sindicância ou processo administrativo abertos na diretoria administrativa. Houve treinamentos e capacitações de empregados durante o período, referente à:

- a) "Simpósio ITXPO" para a Diretora Presidente Lucia;
- b) "Patrimônio" para os empregados Fernando, Catarina e Arleque;
- c) "Licitações e nova Lei das Estatais" para os empregados Telma, Arleque, Curado, Daniela Ono e Cassio;

Foram formalizados aditivos de reajustes dos demais contratos com as Secretarias Municipais. Ainda não solucionaram o levado o número de solicitações de serviços (SS) abertas e sem prazo de solução, o que será objeto de nova avaliação no próximo quadrimestre.



## 8. GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Atividades de controle: analisar a eficiência e a eficácia dos projetos e serviços de tecnologia de informação e comunicação gestados pela empresa, e dos padrões dos sistemas operacionais, dos aplicativos e equipamentos, bem como analisar o cumprimento regular das atribuições das divisões e células da divisão técnica.

De acordo com as informações prestadas pelo controlador setorial, houve cumprimento regular das atribuições da divisão técnica e de suas respectivas células. Não houve indícios ou demonstração de ineficiência ou ineficácia dos projetos elaborados e gestados pela EMPRO, muito embora o setorial tenha orientado sobre algumas ações futuras, como: padronização da tecnologia, para fins de melhorar a eficácia e a economicidade, simplificando a complexidade do processo; identificação, mapeamento e institucionalização dos processos de negócios da empresa; institucionalizar a política de segurança da informação e atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, sendo que até o momento não se recebeu dos gestores um retorno destas ações que foram sugeridas.

## 9. GESTÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA

Atividades de controle: analisar a eficiência e a eficácia das obrigações e deveres contratuais da empresa relativos à divisão técnica, da avaliação de resultados e metas programados e da segurança de informação.

As considerações postuladas no relatório anterior permanecem sem solução ou explicação sobre as orientações, como as questões sobre avaliação de satisfação, processos institucionalizados, solicitações de serviços em aberto, elaboração de acordos via SLA com clientes entre outros.

## 10. GESTÃO OPERACIONAL TÉCNICA E DE RISCOS

Atividades de controle: analisar a eficiência e a eficácia das atividades, projetos e programas realizados pela Diretoria Técnica, bem como o cumprimento dos objetivos e metas. Analisar o desenvolvimento e a capacidade operacional dos analistas, e a gestão de riscos

Deve-se, primeiramente, repisar neste quesito o grande número de Ss abertas sem solução. A área de desenvolvimento apontou algumas ocorrências na fase de desenvolvimento para o AUDESP do Tribunal de Contas do Estado, bem como atraso na confecção dos envelopes e carnês do IPTU 2017, porém, tais circunstâncias ocorreram por fatores externos e não por erro ou ineficiência da empresa, exceto no tocante aos carnês que decorreu da demora da EMPRO em abrir o respectivo processo licitatório. Quanto à sindicância aberta pela empresa acerca do caso do



CMDCA, seu resultado foi o do arquivamento do expediente tendo em vista não ter havido responsabilidade dos empregados envolvidos. Por fim, a gestão de riscos iniciou-se com reuniões de mapeamento, estando agora na fase de implantação do controle e monitoramento.

### CONCLUSÃO FINAL:

O terceiro quadrimestre de 2016 revelou que a execução financeira e contábil da EMPRO está regular, muito embora no que diz respeito ao orçamento é forçoso concluir que o valor provisionado nos investimentos foi substancialmente extrapolado, o que merece alerta para o exercício seguinte.

Quanto às licitações e contratos, embora a execução da célula tenha sido regular, subsiste a ausência de regulamentação de gratificação para os membros da Comissão de Licitações, Gestores de Contrato e o Pregoeiro.

A gestão do patrimônio deu sequência ao desenvolvimento do projeto iniciado no início de 2016, restando tão somente para 2017 a nomeação da referida comissão.

Quanto à questão dos encargos sociais, não vejo impacto negativo na discrepância havida entre o realizado e o provisionado, já que se tratou de fatores com certa carga de imprevisão, como o que ocorreu com as exonerações de cargos comissionados em final de mandato e com as alterações da tabela do INSS.

A gestão da diretoria técnica e suas respectivas gerências e células continua com alguns pontos negativos que precisam de planejamento de solução, a fim de não comprometer a qualidade e a eficiência dos serviços. O principal exemplo diz respeito às SSs que permanecem em elevado número. Não foi dada qualquer resposta às sugestões do controlador setorial Guilherme, que fez algumas orientações, como a padronização das tecnologias utilizadas, a identificação, mapeamento e institucionalização dos processos de negócios da empresa e a atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

Não se quer aqui obrigar os diretores a responder às orientações dos controladores, porém, é preciso primar pelo diálogo, a fim de que eventuais sugestões sejam pelo menos computadas como elementos de discussão e debate, para que os gestores sempre adotem a melhor solução possível para os rumos da empresa. Isso se afigura necessário porque os pontos de controle envolvem tão somente aspectos





que estão postos a olhos nus, e os diálogos auxiliam transparecer problemas até então inimagináveis ou encobertos por algum fator.

O resultado da sindicância do CMDCA, embora tenha decidido pela ausência de responsabilidade da empresa, evidencia, por outro lado, um problema de controle durante a execução dos contratos, como também de processos institucionalizados, como já reiteradamente postulado nos relatórios anteriores. Prova disso são as orientações manifestadas pela respectiva comissão sindicante, *verbis*:

1. Institucionalização de processo interno na EMPRO para homologação de boletos e sistemas que envolvam quaisquer tipos de arrecadação pública ou movimentação financeira;
2. Disponibilização do sistema CMDCA, mediante autorização prévia da Secretaria Municipal da Fazenda, para que seja realizado o acompanhamento efetivo da geração dos boletos pelos principais interessados;
3. Institucionalização de política de responsabilidades para os Gestores de Sistemas, registrando os responsáveis técnicos, administrativos e financeiros, com suas respectivas funções e permissões em cada sistema.

Assim sendo, neste terceiro quadrimestre de 2016, opino que as contas e a gestão da EMPRO foi regular, sem prejuízo de ulterior análise em caso de fatos e documentos supervenientes.

Sendo isso o que, por ora, me competia externar, transmito o presente relatório ao Diretor Presidente da EMPRO, ao Sistema de Controle Interno da Prefeitura e ao Conselho Deliberativo, dando publicidade do seu conteúdo no sítio eletrônico da empresa.

São José do Rio Preto/SP, 10 de janeiro de 2017.

  
**GUILHERME MACHADO DEUSAJUTE**  
**CONTROLADOR INTERNO DA EMPRO EM EXERCÍCIO**